

PENSANDO DEMOCRACIA E MEMÓRIA NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Moisés Pereira da Silva¹

Resumo

A educação vive uma experiência, bastante acelerada, de repetição do passado, ora apresentado como fosse uma grande novidade. A maior expressão disso tem sido o tecnicismo ressuscitado pela reforma curricular em curso, de que a BNCC e a proposta de Novo Ensino Médio, são as expressões mais contundentes. Em face disso, o subprojeto de história do CCI Cimba, da UFNT em Araguaína-TO, procurou viver a experiência da Residência Pedagógica como tempo/espaço de desenvolvimento da consciência histórica, tendo a memória como fonte, e a Guerrilha do Araguaia como tema chave para a discussão sobre democracia no Norte do Tocantins, marcado ainda pelos resquícios da violência da Ditadura Civil-Militar e suas consequências. Nesse sentido, esse artigo socializa resultados parciais do Programa Residência Pedagógica que teve na metodologia a história oral o seu método, e no esforço aproximação da formação inicial de professores com atividades de pesquisa, pensar esse espaço/tempo para além da compreensão instrumental da prática de ensino.

Palavras-Chave: Educação Histórica. Memória. Guerrilha do Araguaia. Residência Pedagógica.

Primeiras Palavras

Desde a clássica narrativa de Políbios (1996), da conquista do mundo por Roma, a escrita da história é expressão da perspectiva e da seleção de conteúdos por um grupo hegemônico, sentido reforçado na origem da escolarização dessa ciência no século XIX. No entanto, a memória como fonte e a narrativa da Revolução Francesa a partir das mulheres e do povo comum na obra de Jules Michelet (1989), no mesmo século XIX, demonstra que a imposição de determinada perspectiva não é pacífica, mas se dá num embate, o que ficou ainda mais evidente com o marxismo e a escola dos annales. O reformismo educacional de viés privatista, especialmente a partir da segunda década do século XXI, tem revigorado a ideia de história como narrativa uniformizadora. Considerando esse movimento, nossa intenção é refletir o currículo de história e a possibilidade de, a partir do Programa Residência Pedagógica, pensar gênero e violência no campo, trabalhando com a memória enquanto alternativa ao autoritarismo da proposta curricular de que a BNCC e a política do Novo Ensino Médio constituem expressão.

¹ Doutor em História social. Professor adjunto UFNT. Docente orientador do Programa Residência Pedagógica, do curso de História do Campus de Araguaína. moisesxba@gmail.com.

Partimos da hipótese de que essa pode ser uma possibilidade para um processo educativo, no campo da história, que, aproximando Freire (1967; 1987) e Rüsen (2006; 2015), seja emancipatório, no que a memória como fonte e a história oral como metodologia, têm se mostrado alternativa.

Já refletimos (SILVA, 2023) sobre os desafios da dicotomia, com certo desprezo ao caráter didático, que tem marcado o tratamento das experiências de ensino na licenciatura em história. As discussões sobre experiências de ensino, como Estágio Supervisionado Obrigatório, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID, e Programa Residência Pedagógica, RP, têm se dado muito no campo da prática na forma de relatos de experiência. O sentido da nossa proposta é outro. Parte da ideia de que a educação é um ato pensado, intencional, e por isso político, e assim sendo, a experiência enquanto ato não tem sentido em si mesmo, a não ser pelas intenções políticas que lhe são inerentes. Dito de outra forma, a escola, e o ensino de história por consequência, não existem senão em função de um projeto que lhe dão substância, no que a reflexão crítica sobre o projeto nos parece mais urgente. É nesse sentido que se tem pensado, na relação com a Guerrilha do Araguaia no contexto do Programa Residência Pedagógica, as mulheres (TELES, 2014; 2015), a violência no campo (MARTINS, 1983, 1984, 1997; KOTSCHO, 1982; CHINEM, 1983) e a disputa pela memória (PEIXOTO, 2011; CAMPOS FILHO, 2014), tendo a crítica sobre o currículo como referência.

Nossa metodologia é de realização de pesquisa, envolvendo os alunos das escolas campo – da educação básica –, discussão dos resultados na escola e, a partir daí, reconstrução dialógica dos saberes (DEMO, 2000) sobre esse tema. Como resultados, desde os primeiros contatos os alunos têm demonstrado maior interesse nas aulas de história e se tem superado o modelo de aula mecânica-funcionalista prescrita pelas orientações da BNCC, o que é uma grande vitória.

Quanto às questões teórico-metodológicas, a memória constitui fonte primária nesse projeto. Mas documentos, como o acervo digital da Comissão Nacional da Verdade e da Fundação Maurício Grabois também são fontes imprescindíveis. Sobre a memória, a partir de estudos como de Thompson (1992), Portelli (2010) e Verena Alberti (2005) tem se privilegiado a audição de mulheres camponesas afetadas pela Guerrilha do Araguaia num esforço de apresentação desses relatos aos alunos da educação básica como forma de subsidiar os estudos e consequente debate em torno do tema. O esforço é, a partir da Guerrilha do Araguaia, discutir a democracia não só na violação de que foi objeto pelo próprio regime de exceção, mas especialmente, na demonstração de que a censura que se opera hoje, inclusive interditando as discussões sobre os movimentos sociais, de modo geral, é parte da crise geral da nossa democracia.

O lugar da prática e os sujeitos

*Não existe dor maior
Onde a angústia se espalha
Só o bem-te-vi que viu o silêncio e a batalha
Só o bem-te-vi que viu
Os meninos do Araguaia
(MST, Banzeiros)*

Um dos autores desse texto nasceu em Piraquê, à época, 1974, município de Xambioá. Essa cidade, separada do Estado do Pará pelo rio Araguaia, foi o principal lugar de tortura e execução dos *meninos do Araguaia*², que sonharam e lutaram pela construção de uma democracia popular no Brasil. Foi também nessa cidade que o autor viveu a sua infância e adolescência. Os estudos, especialmente a partir dos esforços das famílias dos desaparecidos e, por consequência dessa luta, da Comissão Nacional da Verdade, têm deixado cada vez mais inequívoco o alcance dessa violência no cotidiano dos camponeses e camponesas que viviam na região. Mas a violência persiste nos esforços de silenciamento do tema dado a efeito ao mesmo tempo em que são marginalizados os movimentos sociais, muitas vezes acusados de reinventarem a Guerrilha. Somente a existência de uma memória reprimida explica a estranheza do autor, e dos seus conterrâneos quando, em 1996, testemunharam escavações no cemitério local, razões desconhecidas por quem, à época, frequentava as séries finais do ensino fundamental. Decorre disso que os esforços de pesquisa com esse tema, muito se deveu, em princípio, ao desejo dos pesquisadores de entender a complexidade da memória coletiva que eles próprios tomam parte, marcada pelo paradoxo do discurso sobre terroristas maus, mas que trataram o povo bem, e de militares que seriam heróis, mas torturaram, mutilaram e mataram.

O silêncio é uma estratégia muito exitosa, porque o conflito da memória termina sendo dissolvido na repetição de práticas e discursos alternativos à dor causada pelos militares, no que as operações ACISOS foram largamente utilizadas na região, muito além do tempo da guerrilha. De outro lado, aquilo que não pode ser pronunciado se não é, torna-se, tabu. Tornar esse tema tabu não é apenas interdição da memória, mas é também marginalização da própria história do povo do Araguaia-Tocantins. E nesse silêncio tem contribuído a escola.

² Expressão da música banzeiros, composição do Movimento Sem Terra, MST.

O silêncio é também um contrapeso às consequências da Guerrilha para a experiência de luta do povo. Estudos como o de Figueira (1986), Chinem (1983), Kotscho (1982), Campos Filho (2014) e Martins (1984) dentre outros, permitem vislumbrar que o aspecto mais duradouro da Guerrilha é a convicção, entre os camponeses, de que o pequeno pode enfrentar o grande. O caso *Cajueiro*³ é expressão disso. Nesse episódio os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou foram presos e condenados a 15 e 12 anos de prisão, respectivamente, sob a acusação de incitarem os camponeses na reação contra a expropriação tentada por fazendeiros com o apoio de pistoleiros e agentes do Estado no Castanhal Cajueiro, o que indica, de um lado, que os militares ainda tinham dificuldades de assimilar a aprendizagem do povo na convivência com os militantes do PC do B e, subestimando a capacidade do povo camponês, buscavam nos religiosos ligados à teologia da libertação a liderança que inculcasse aquilo que o povo já sabia, sentia e fazia e do, outro, que a Guerrilha tem longa duração na perspectiva do povo.

No pós-guerrilha o governo desenvolveu basicamente duas estratégias, paternalismo e repressão. No primeiro caso, distribuía alguns benefícios, sobretudo a partir das operações ACISOS e, no segundo caso, criminalizava e silenciava qualquer esforço de organização do e reivindicação do povo. O professor Rodrigo Peixoto, que integrou a primeira expedição de busca pelos desaparecidos do Araguaia, ainda em 1980, definiu como segunda Guerra, ou guerra que veio depois, “o prolongado estado de sítio imposto pela ditadura, com a supressão da liberdade de reunião e associação” (2011, p. 485) aos povos do Araguaia. Segundo ele, “o que se seguiu atentou contra a integridade pessoal de camponeses, moradores e lideranças sociais, inclusive religiosos ligados à Teologia da Libertação” (idem). O professor Romualdo Pessoa Campos Filho (2013), estudioso da Guerrilha do Araguaia, também chama de *outra guerra*, ou de *guerra que veio depois*, o recrudescimento da violência, não pela progressão em números de disputa, mas pela reação mais proativa dos camponeses. A que se considerar ainda que a militarização da questão agrária⁴, na acepção de José de Souza Martins (1984) é parte desse esforço.

³ Cajueiro era uma área de castanhal reivindicada por um grupo de fazendeiros e ocupada por posseiros, que exploravam a castanha e plantavam roça, alguns a mais de 20 anos, todavia, sem título de propriedade da área. O INCRA, em 1979, pressionado pela influência do deputado Juraci Teixeira, um dos fazendeiros que requeriam a terra, iniciou uma demarcação que transferia a terra aos fazendeiros, além de Juraci, José Almeida e Evandro Azevedo. O INCRA não reconhecia a posse de algumas famílias que ocupavam a área. Mas, a questão se agravou quando o GETAT assumiu a gestão do conflito. Segundo Figueira (1986), no dia 10 de agosto a Polícia Federal, acompanhada de um pistoleiro Luiz Antônio dos Santos, entrou no Cajueiro para expulsar os posseiros, que resistiram matando o pistoleiro e baleando o delegado Alan Kardec e os agentes federais Osias Mendonça, Lumar de Oliveira, Aquiles Pinto Filho, além de um funcionário do GETAT, Benício Duarte.

⁴ Enquanto os grandes centros urbanos do país se regozijava com a abertura política, no campo, os militares recrudesciam o controle sobre os trabalhadores. Foi nesse contexto que nasceu o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT, criado pelo Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980.

Essa repressão criou uma cultura do silêncio sobre a Guerrilha. Em Xambioá, sobretudo agora, no tempo histórico em que se escreve esse texto, enquanto cresce a ocupação das escolas públicas pelos militares e recrudescer a ideologia do vigiar e punir, confundido com educação, impõe-se a longa duração do silêncio sobre a Guerrilha do Araguaia e a negação dessa memória, como se isso bastasse para que o fato nunca tivesse existido, ou se como isso fosse suficiente para perdurar as representações que persistem no imaginário social, dos militantes do Partido Comunista do Brasil, PC do B, como terroristas que pretendiam invadir o Brasil.

Acreditamos que à medida que a educação ofertada no Araguaia-Tocantins perde o vínculo – ou talvez nem chegue a constituir qualquer vínculo – com a história dos povos da região, perde-se, conjuntamente, o próprio sentido do ato de origem, ou seja, da educação. A nossa experiência enquanto docentes, inclusive no contexto da Residência Pedagógica, é de um currículo asséptico em relação aos problemas do povo. O reformismo curricular, sob o argumento do currículo comum como garantia da igualdade de oportunidades, impõe a povos de lugares e culturas diversas, a mesma experiência histórica e, em consequência, visão de mundo e cultura. Cabe, no contexto da reflexão sobre os povos do Araguaia-Tocantins, pensar criticamente a violência da imposição dos mesmos conteúdos e práticas a culturas e histórias tão distintas; projeto que só pode prosperar na imposição de uma cultura e história sobre outra cultura e história. E é dessa lógica que se constitui a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, da interdição da memória do povo do campo em favor da imposição da história dos bandeirantes e de outros episódios em que o povo camponês, indígena, negro e da periferia aparecem apenas como figurantes subalternizados, vítimas e produtores da violência e do atraso. Na BNCC, o discurso do Currículo Comum é o canto da sereia que induz à crença de que o Estado quer promover igualdade de estudos, quando na realidade o que faz é impor uma memória histórica selecionada tendo como referências as classes dominantes e seus interesses que, por isso, se impõem pensamento histórico hegemônico e homogêneo. Esse é um aspecto fundamental da crítica ao documento, a ausência da vida e das lutas do povo em favor de um currículo comum que tem como referências os valores e a cultura urbana, branca e geograficamente localizada entre o sul e o sudeste do país.

Ao norte, a Residência Pedagógica em História

Esse texto trata de experiência de ensino e de aprendizagem a partir do Programa Residência Pedagógica, experiência que envolve alunos e professores da educação básica de três escolas, e alunos e professores da Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT, e

da Universidade Federal do Tocantins, UFT. O Programa está vinculado, institucionalmente, à UFT, mas, efetivamente, acontece na UFNT, uma das universidades conhecidas como Supernovas.⁵ A UFNT foi criada em 2019 através da Lei Federal nº 13.856, que desmembrou da UFT os Campus Universitários de Araguaína e Tocantinópolis, localizados no Norte do Estado do Tocantins. Essa Lei, sem indicar recursos, também criou dois Campus novos, em Guaraí-TO e Xambioá-TO. Estabeleceu-se a cidade de Araguaína-TO, *capital do boi gordo*, como sede da nova Universidade. É também em Araguaína a cidade onde se desenvolvem as principais atividades do Programa de Residência Pedagógica.

Pode-se indicar o lugar da prática como sendo o Norte do Tocantins. Mas, se pode dizer, na mesma razão geográfica, que estamos falando do Araguaia-Tocantins, região de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, que, até 1989, incorporava o norte de Goiás, a parte norte do Mato Grosso, o sudeste paraense e o sul do Maranhão. Essa é a região em que, pela disseminação generalizada de violência contra indígenas e camponeses, se deu a escrita da carta pastoral de Pedro Casaldáliga (1971) que resultou na criação da Comissão Pastoral da Terra, CPT, tendo sido o escritório Araguaia-Tocantins um dos primeiros da CPT.

A mesma razão geográfica que autoriza identificar essa região como Araguaia-Tocantins, também permite dizer que estamos falando da Microrregião do Bico do Papagaio. Hoje a tendência é considerar nessa definição apenas o extremo norte do Tocantins, o que se limitaria a dois Campus, Tocantinópolis e Xambioá. Mas não é possível, do ponto de vista da realidade histórico-cultural, política e econômica, distinguir a realidade do Norte, pelo menos a partir de Araguaína, daquela das cidades mais ao Norte. Realidade marcada pela história de como bois foram devorando gente, e das opções que restaram aos sobreviventes, inclusive da resistência como alternativa à morte ou ao trabalho escravo.

Já se demonstrou que o Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins, é toponímia de conflitos sociais⁶. Mas, em que pese as constantes inserções na imprensa de casos de violência agrária nessa região, sobretudo entre a segunda metade da década de 1970 e primeira metade da década de 1980⁷, o fenômeno da violência era mais generalizado, atingindo com mais força

⁵ As Universidades Federais: do Delta do Parnaíba (UFDPAr), do Norte do Tocantins (UFNT), de Catalão (UFCAT), de Jataí (UFJ), de Rondonópolis (UFR). Há ainda a novíssima, Universidade Federal do Agreste do Pernambuco (UFAPE).

⁶ Entre outros, merecem destaque os estudos de Victor Asselin (1982), Alfredo Wagner Almeida (1993), Rivaldo Chinem (1983), José Adelson da Cruz (2000), Ricardo Figueira (1986; 2004), Ricardo Kotscho (1982) Octávio Ianni (1978), José de Souza Martins (1997) e o nosso (SILVA, 2011).

⁷ Teve grande repercussão à época o assassinato do Padre Josimo Moraes Tavares, morto a tiros por um pistoleiro em Imperatriz em 10 de maio de 1986, morte motivada pelo seu trabalho junto aos posseiros da região do Bico do Papagaio.

o Araguaia-Tocantins⁸, fator agravado a partir da abertura das grandes rodovias e da política do Estado de financiamento do avanço do capital sobre a região a partir dos incentivos fiscais. A Guerrilha do Araguaia⁹, em que pese tratar-se de um conflito entre os militantes do Partido Comunista do Brasil, PC do B, e as forças repressivas do Estado, seja por constituir potencial de adesão ao projeto comunista¹⁰, seja por oferecer aos agentes da repressão os parceiros necessários ao seu projeto repressivo¹¹, também repercutiu esse cenário de conflito ligado à disputa pelas terras e o agravou. Em que pese esse cenário, marca do avanço capitalista sobre essa fronteira agrícola na segunda metade do século XX, pouco, e por muito tempo nada, se discute nas aulas de história. É como se isso não interessasse aos sujeitos a quem essa educação se dirige, cujo passado está vinculado a esta história. A interdição da memória sobre a Guerrilha do Araguaia, à medida que ultrapassa o limite dos esforços do Estado¹² repressor e se soma, no tempo presente, ao silêncio curricular¹³ sobre as demandas dos pobres do campo e da cidade, é matéria privilegiada para a reflexão e para as práticas do Programa Residência Pedagógica.

A história do Araguaia-Tocantins guarda algumas semelhanças com a Mesopotâmia. Também é uma terra entre rios. Também é uma terra fertilizada por dois rios. Também é uma terra marcada pela desigualdade social e também é uma terra aonde as estruturas do Estado se organizam em torno da garantia do interesse daqueles que monopolizam a propriedade, por isso o uso, da terra. Diferente da Mesopotâmia, no Bico do Papagaio há outros rios menores, mas

⁸ Araguaia-Tocantins é a região de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, que, até 1989, incorporava a parte norte do Mato Grosso, o sudeste paraense, o norte goiano e sul do Maranhão. Outro termo utilizado nesse artigo será Bico do Papagaio, referência à parte norte de Goiás limitada pelos rios Araguaia e Tocantins. O Bico do Papagaio, embora estivesse nos limites entre os estados de Goiás, Pará e Maranhão é, geograficamente, menor em relação ao Araguaia-Tocantins porque diz respeito aos municípios tocanthinenses, outrora goianos, que margeiam os rios Araguaia e Tocantins. A Amazônia é a região maior que inclui essas duas regiões menores, mas não inclui áreas do Maranhão, que integra o Nordeste brasileiro.

⁹ A Guerrilha do Araguaia foi um conflito armado entre as forças militares do Estado Ditatorial e militantes do PC do B, este último grupo pretendendo desencastelar o primeiro grupo do poder e, a partir daí, promover um governo comunista no país. Todavia, dizer que a Guerrilha foi conflito armado termina sendo um termo impreciso a partir do qual, inclusive, pode-se alimentar a falsa ideia de que as condições de beligerância se equivaliam. A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado que resultou no massacre de camponeses e guerrilheiros é outra definição, no nosso entender, mais próxima da realidade histórica. Todavia, importa esclarecer, desde já, a Guerrilha do Araguaia não é o objeto dessa discussão. O objeto dessa discussão é problematizar a Guerrilha enquanto conteúdo de ensino considerando o direito à memória como substrato.

¹⁰ Os conflitos em torno da luta pela terra foi um dos motivos indicados pelo PC do B para a escolha da Região do Araguaia para implantação da Guerrilha (PC DO B, s/d).

¹¹ Pequenos fazendeiros, madeireiros, comerciantes e políticos locais colaboraram com as forças do Estado na expectativa de vantagens conforme o campo de atuação do colaborador. Aos madeireiros, apoio para continuar o processo de desmatamento da Amazônia; aos políticos ampliação do lastro de poder e às demais categorias, promessa paga.

¹² A pesquisa de Peixoto (2011) demonstra como Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o Curió, onipresença no Araguaia-Tocantins, atuou no silenciamento e contra-discurso da Guerrilha do Araguaia.

¹³ Nesse campo de disputa que é o currículo (ARROYO, 2013) a análise colaborativa de Santomé (1995) ao estudo organizado por Tomas Tadeu da Silva (1995) indica que tem prevalecido, nesse embate, a imposição dos valores e interesses dos grupos hegemônicos e consequente silenciamento como estratégia de contenção das possibilidades de reação dos povos oprimidos e subalternizados, que, no entanto, resistem.

todos dependentes do Araguaia e do Tocantins. E exatamente por isso, o conflito pela água é outra faceta dos conflitos sociais na região. A região a partir da qual pensamos e fazemos a Residência Pedagógica é, portanto, marcada por conflitos sociais.

Mas, como demonstra o estudo de Octávio Ianni (1978), nem sempre foi assim. O avanço do capital sobre a região foi que gerou violência. E essa violência, considerando o financiamento público de muitas das empresas que mataram e escravizaram, foi institucionalizada. Prevalece na região o conflito de terra, mas a questão agrária não foi, nem é o único problema social do Araguaia-Tocantins. Há ainda a luta social, e conseqüente violência contra os garimpeiros, a exemplo do Massacre de São Bonifácio ou Massacre da Ponte¹⁴. Garimpeiros sobreviventes desse massacre seriam depois assassinados em outro massacre promovido pelo Estado e executado pela Polícia Militar, o Massacre da Curva do S, ou Massacre de Eldorado dos Carajás¹⁵. No Araguaia-Tocantins durante a ditadura civil-militar, como de resto no campo brasileiro, prevaleceu a lei do mais forte, e mais fortes eram, e são as elites econômicas, composta sobretudo por fazendeiros. E são fortes não só pela riqueza que detêm, mas pelo controle que exercem sobre o Estado, como ficou muito claro no massacre de trabalhadores mais recente, o Massacre de Pau D'arco.

Acreditamos, ante esse contexto, que não é possível atuar na docência em história, especialmente a partir de um programa que é de qualificação da formação inicial docente, ignorando a história que explica os sujeitos e esse contexto de trabalho. Toda essa cultura de violência de que o Araguaia-Tocantins tem sido palco não pode ser definida apenas em termos de Guerrilha do Araguaia, as causas remontam ao processo colonizador; mas, muito dessa cultura de violência, inclusive caracterizada na forma como os agentes de segurança, sobretudo a política militar, tratam os trabalhadores, pode ser explicada como herança desse tempo, que precisa ser lembrado para não ser repetido. Em muitos aspectos as permanências têm obstado a vocação ontológica propriamente humana, o desejo de ser mais. Mas, paradoxalmente, a

¹⁴ Nesse episódio, em 1987, o Estado do Pará respondeu à uma manifestação de garimpeiros que fechavam a ponte do Rio Tocantins, obstruindo a passagem do trem de minério, mandando para o local a Polícia Militar e o Exército. Cada uma dessas forças fechou um lado da ponte e os mais de 300 trabalhadores que lutavam para garantir direitos trabalhistas por sua atuação no garimpo de Serra Pelada, cercados, ficaram no meio. Quando a polícia investiu violentamente sobre o grupo, muitos pularam da ponte a uma altura de cerca de 70 metros de altura. “Mais de 30 anos depois, o número de mortos ainda não está verdadeiramente desvendado. O governo, à época, sinalizava com dois mortos, conta que subiu para nove nos anos que se seguiram, mas registros apontam de 50 a 79 desaparecidos em decorrência dos conflitos”. (SOUZA, 2023).

¹⁵ Em Rampazzo (2007) José Batista Afonso, advogado da Comissão Pastoral da Terra e outros depoentes, sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás, declaram acreditar que não foram apenas 19 trabalhadores assassinados. A tese é de que, sendo muitos destes trabalhadores ex-garimpeiros a muito sem vínculo com a família teriam sido mortos e depois, sem identificação por familiares, enterrados clandestinamente ou tiveram seus corpos ocultados.

memória dessas experiências que obstaculizam a vida é que nos oportunizam os instrumentos de continuidade na luta.

Educação significada na Residência Pedagógica

A paixão que temos, pelo que consideramos acerto no pensamento de Jörn Rüsen, é a possibilidade de atribuir um caráter útil¹⁶ ao ensino de história. Não no sentido utilitarista da pedagogia das competências e habilidades impostas pela Base Nacional Comum Curricular, BNCC, mas no sentido de que a educação histórica deve servir, antes de tudo, para que os sujeitos do processo educacional possam, ante o espelho do mundo que reflete as temporalidades, reconhecer como essas temporalidades se conectam com o *estar no mundo* que lhe é próprio e como essa consciência é condição para as estratégias de outra forma de *estar no mundo*. É essa a condição para a educação significada. E é nesse sentido que temos desenvolvido as atividades do Programa de Residência Pedagógica.

O subprojeto de Residência do curso de história da Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT, foi pensado na perspectiva da educação que seja útil. Utilidade distinta do utilitarismo do personagem de Dickens (2014), da moralidade do homem frio e calculista que leva em conta apenas a sua própria felicidade, como também distinto do perfil formativo tecnicista que se entranhou na nossa cultura escolar desde a reforma educacional da Ditadura Civil-Militar, figurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, Lei 5.692, e agora, com a Lei 13.005/2014 e suas consequências, ainda mais reforçado, efetivo e danoso, tanto do ponto de vista da legislação, quanto das práticas. Educação útil, na nossa acepção, é aquela que, no campo do ensino da história, possibilite aos homens os instrumentos à realização do que Paulo Freire chama de “vocação ontológica e histórica de Ser Mais”. (1987, p. 29). Reconhecemos, nesse sentido, que o postulado de Paulo Freire, da educação como processo de desenvolvimento da consciência crítica, ou dito de outra forma, da percepção de estar *no* e *com o mundo*, intercambiado com o entendimento do ensino de história como processo de desenvolvimento da consciência histórica de Rüsen, perspectiva que já foi objeto da nossa reflexão (SILVA, 2020), ajudam a ler, na experiência do Programa Residência Pedagógica do curso de história da UFNT de Araguaína, o trabalho com a memória, especialmente de

¹⁶ Ponto que queremos, de início, seja considerado em nosso texto é a manifesta e consciente declaração de que não queremos seja confundido nosso projeto com a tendência, cada vez mais ampla, de confundir educação com o pragmatismo capitalista em que cada ação, projeto ou programa possa ser medido em termos de *produtos*. Útil, portanto, se refere ao que o ensino de história pode contribuir, sobretudo, nosso caso, em termos de construção de uma sociedade mais justa e solidária.

camponeses, sobre a Guerrilha do Araguaia enquanto pressuposto de significação do ensino de história.

Podemos, pois, dizer que partindo da ideia de que a educação é processo crítico de *saber-se-no-mundo*, a história discutida na experiência da Residência Pedagógica tem passado pela reflexão sobre a consciência do mundo em que essa história é edificada, a saber, o contexto histórico do Bico do Papagaio, lócus das escolas da Residência e da própria Universidade Federal do Norte do Tocantins. Dessa compreensão teórico-metodológica decorreu nossa opção em trabalhar com a memória camponesa da Guerrilha do Araguaia de modo a problematizar o sentido da educação que se dá nas escolas a partir daquilo que, embora negligenciado pelo currículo, é parte da memória/identidade dos povos do Norte do Tocantins, inclusive dos alunos das escolas de Araguaína-TO e dos licenciados da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

A experiência

O primeiro esforço, no sentido de consecução dos objetivos estabelecidos no subprojeto de história, foi de conhecer o contexto da comunidade escolar. Como se disse inicialmente, a educação é um ato intencional, por isso político. Então, a intencionalidade do ato demanda estratégias, identificado como planejamento escolar, em vistas ao fim que se pretende. Não é possível, no entanto, pensar intervenção desconhecendo o campo objeto da intervenção. Conhecer o campo é, pois, um gesto complexo que nos exigiu além da aproximação com a estrutura física, o prédio da escola, também conhecimento do público e do projeto de educação das escolas selecionadas para a realização da Residência. Os alunos residentes, em consequência disso, supervisionados pelos preceptores, principiaram a Residência a partir de visitas às escolas e leituras dos seus documentos, como o Projeto-Político-Pedagógico.

O caráter intencional do movimento de encontro com a comunidade, lendo os documentos, mas também ouvindo sobre o perfil dos alunos atendidos nas escolas, é que significou e tem significado o sentido do planejamento escolar. Isso equivale a dizer que pressupomos o conhecimento do campo de atuação como condição para o planejamento. É possível, no entanto, que se planeje uma ação sobre o desconhecido, mas é certo que as possibilidades de êxito serão maiores quando a ação pensada se dá sobre objeto conhecido.

Esse planejamento não se constituiu apenas da forma como pensávamos a intervenção, mas, paralelamente, a forma como a escola viabilizava as condições dessa intervenção. Isso

significa que houve o nosso planejamento cuja síntese é o próprio subprojeto do curso de história e seus acertos a partir das reuniões, como também ocorreu o planejamento da escola, de participação imprescindível enquanto possibilidade de conhecimento do cotidiano e das intenções da escola para o semestre, no caso o semestre 2023/1. Racionalidade sobre a racionalidade. Um projeto de ação, da Residência, que se entrecruza com outra ação pensada, a da escola. Intersecções que não podem prescindir, sob pena de fracasso, da reflexão sobre os sujeitos e o caráter do planejamento.

Infelizmente a reflexão sobre os sujeitos do planejamento e seu caráter não resultam na realidade ideal. Esse é um aspecto que atesta nossa convicção de convivência do discurso reformista com práticas conservadoras e autoritárias. No discurso reformista, o aluno é autor, na prática, ele não participa do planejamento e, por consequência, é apenas objeto do que pensam enquanto perspectivas e atividade de ensino. Os discentes não opinam, e por isso não são ouvidos, sobre os eventos do calendário escolar. Eles não são ouvidos sobre o processo avaliativo, tão pouco são ouvidos sobre metodologia e material didático-pedagógico. Isso a escola planeja e lhes impõe. O planejamento participativo é um problema.

A questão da participação discente, e dos outros atores, como os pais por exemplo, é a utopia que precisa transformar-se em realidade. É o caso da contradição entre o discurso reformista, que quer se justificar em favor de uma educação que atenda as demandas sociais do nosso tempo, mas torna a escola cada vez mais incolor, insípida e inodora. Não é possível, no entanto, uma escola fundada na pedagogia que parte das necessidades do aluno – tal qual o discurso reformista diz – e ao mesmo tempo, negligencie ao aluno a discussão sobre como se dará, efetivamente, o processo de ensino. Entendemos que uma das maiores demandas do nosso tempo é pelo estabelecimento de uma sociedade democrática e concordamos com Saviani (2000) que a sociedade democrática requer uma escola que ensine, por sua prática, a democracia. Da mesma forma, não é possível pensar uma pedagogia do aluno, ou seja, das suas demandas, quando sequer podem ser ouvidos.

Em que pese esse desafio em relação aos alunos, a escola foi muito aberta à participação dos residentes, recebidos pelos professores como se colegas fossem. Então, a questão da participação no planejamento – os residentes inclusive puderam ser propositivos – não é da crítica à escola, mas a lógica de funcionamento da educação formal, de modo geral. É isso inclusive que indicamos no estudo sobre o Documento Curricular do Tocantins (SILVA, 2022), ou seja, a educação tem sido pensada no Brasil, por isso também no Tocantins, de forma vertical, verticalidade que atinge a própria escola e os professores num processo de progressiva

perda de autonomia. Mas o discurso reformista é lindo, embora a realidade decorrente das reformas, flagrantemente outra.

Do estudo da realidade e da participação no planejamento da escola, os residentes passaram ao acompanhamento dos professores, com realização de regências e atividades vinculadas ao nosso próprio subprojeto, como o estudo da memória, da metodologia da história oral e atividades de campo. Nesse último caso, tem gerado grande expectativa a atividade de campo na Vila Santa Cruz dos Martírios, planejada para o segundo semestre de 2023, onde mantemos contato com a dona Madalena, camponesa cuja família foi envolvida pela violência da repressão militar aos guerrilheiros do Araguaia, tendo seu pai sido preso e torturado por manter relações com Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão como era conhecido entre os camponeses.

Há muita boniteza na arte de transmutar as práticas reformistas sob o mesmo discurso dos reformadores. Eles justificam a mal que produzem pela redenção que esse mal representaria, nós temos promovido educação com qualidade política a partir dos mesmos argumentos, ou seja, de que a educação precisa ser pragmática. Concordamos com, e defendemos incondicionalmente, os direitos de aprendizagem. Mas é direito de aprendizagem dos alunos e alunas, incondicionalmente, a própria identidade enquanto povo. E é nessa direção que estamos orientando a experiência da Residência Pedagógica do curso de história.

As reformas educacionais e o campo de experiência no ensino de história

O engajamento com a formação de qualidade requer que se pense as possibilidades dessa educação à luz dos instrumentos legais de que dispomos. No Estado do Tocantins trabalhamos a partir do Documento Curricular do Tocantins, DCT. É a partir desse documento, construído com base na BNCC, que se pensa as possibilidades de ensino sobre a guerrilha do Araguaia, conjecturando também a garantia do direito à memória na Residência Pedagógica. A BNCC, é expressão de um projeto reducionista das potencialidades humanas, o que fica evidente no esforço de, a partir da pedagogia das competências, circunscrever a educação ao ajustamento social através da formação de determinadas competências e habilidades em vista às situações concretas, não à vida enquanto potencialidade de possibilidades. A base é o refluir da luta do povo não só por liberdade, mas pelo conjunto de direitos demandados nas manifestações que marcaram o início do século XXI no Brasil. Em que pese esse caráter repressivo, outro é o discurso dos idealizadores da BNCC que procuram imprimir ao documento a ideia de

democracia e equidade. Mas, o fato é que as reformas constituem estratégia de controle. No caso da BNCC, e no Tocantins o DCT, o trabalho com o tema da Guerrilha do Araguaia tem caráter problemático. Sempre *sensível*¹⁷, agora para ser dito precisa ecoar em escolas do povo ocupada por militares.

Na história da educação brasileira o reformismo, por sua contínua reincidência, embora pressuponha mudança, é o elemento mais estável. Sob o discurso do novo em oposição ao velho, que não serve mais, o reformismo é o próprio caráter da educação formal na sociedade capitalista. O jogo contraditório, entre a estética do discurso da mudança e a feiura das bases sociais injustas e desiguais a que esse discurso se dirige é mediado por dispositivos legais que, no campo da educação, sedimentam as condições para que a realidade, se não seguir a mesma, piore. É essa a lógica. Depois de quase uma década de progressos expressos pelas políticas afirmativas, pela política de direito à memória e, sobretudo, pela redução da pobreza, as elites econômicas se articularam, inclusive entranhando seus gestores nas estruturas do Estado para, a partir daí, reformar a educação, de modo que melhor lhes servisse, o que terá maior êxito quanto melhor desmobilizar os grupos organizados e pauperizar as políticas de Estado do sentido de progresso antes alcançado.

É nessa lógica que devemos pensar os usos do Plano Nacional de Educação, PNE, Lei 13.005/2014, que determinou as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira no período de 2014 a 2024. Foi a partir da leitura distorcida destas diretrizes, metas e estratégias do PNE que se impôs a BNCC, caracterizada por uma concepção tecnicista de educação ao ponto de ignorar o Artigo 206, inciso III da Constituição de 1988, que termina como princípio da Educação Nacional, “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas”. Como se não bastasse retirar a autonomia docente na Educação Básica, a Resolução CNE/CP 02/2019, conhecida como BNC-Formação, alterou a lógica das licenciaturas em favor de uma formação generalista, em que se propõe que o licenciando estude tudo para não estudar nada. E, para deixar claro que o buraco é bem mais fundo, o governo sancionou, em 2017, a Lei 13.415, conhecida como Lei do Novo Ensino Médio, que, ao mesmo tempo em que aumenta a carga horária do ensino médio, elimina a carga horária da disciplina de história propondo, em substituição, “esquisitices” como os componentes curriculares “O que rola por aí”, “RPG”,

¹⁷ Temas sensíveis tem sido o conjunto de demandas dos grupos sociais economicamente minoritários, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Mas, além das demandas desses grupos, temas como a Guerrilha é sensível do ponto de vista do professor, que ao se dispor abordar o tema, e por isso passar-se por comunista, a depender do seu vínculo com o Estado, pode perder o emprego. A orientação desse controle foi dada pela influência do movimento escola sem partido. É bom lembrar que a própria BNCC, na esteira desse movimento, suprimiu o termo *político* do antigo projeto político pedagógico, agora transformado em proposta pedagógica.

“Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA” e “Arte de morar”, destaques das propostas da Secretaria de educação do Estado de São Paulo.

É muito difícil falar de Guerrilha do Araguaia no cenário atual. E no Tocantins não se trata apenas do currículo e das escolas ocupadas por militares. Mas, em alguns casos até pior, da repercussão da cultura militar em outras escolas não-ocupadas, que passam a acreditar na lógica do vigiar e punir como princípio educativo. Não se põe em questão o mais elementar da “velha escola”, a aprendizagem. A questão é o ajustamento atitudinal. Bater continência para uma viatura dos bombeiros militares ou da polícia militar vale mais que aprender a ler, escrever e as operações básicas da matemática. Na lógica aplicacionista dos novos componentes curriculares, inclusive da disciplina para aprender fazer brigadeiros, o que se pretende enquanto resultado do processo de ensino e de aprendizagem, é pessoas produtivas e ajustadas.

Considerações: esperar

A estabilidade da repetição histórica das reformas educacionais leva a uma conclusão óbvia, a repetição é sintomática do fracasso dessas reformas. István Meszáros (2008) avalia que, embora a educação formal tenha o papel de produzir conformidades ou consensos, as reformas educacionais fracassam uma vez que “o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível”. Há uma estética no discurso fundada sempre na solução dos problemas da sociedade a quem as reformas se dirigem. Todavia, os problemas têm sua base no próprio sistema que, no discurso educacional, que mudar a escola sem mudar-se enquanto sistema. Não é possível aos gestores do capital admitir, discursivamente, a gradação humana, inclusive tragédias como o trabalho escravo. Mas, ao mesmo tempo, em que o discurso se faz em nome da dignidade humana, são estas reformas que ensinam os pobres fazerem brigadeiro para tornarem-se empreendedores e, assim, não dependerem do Estado.

O discurso é bonito porque, de fato, o ideal é que ninguém dependa economicamente do Estado. Todavia, ao mesmo tempo em que se propõe um componente curricular que ensine fazer brigadeiro como estratégia de autonomia econômica do mais pobre, as elites econômicas se apropriam, à exaustão, dos recursos do mesmo Estado, e não vê problema algum nisso porque realmente essas elites acreditam-se as únicas destinatárias dos bens do Estado, postos à suas disposições apenas para que fiquem mais ricas enquanto os pobres ficam mais pobres.

O discurso de Meszáros (2008), em relação a esse quadro, é de esperança. Para ele, é próprio do ser humano o espírito inventivo, insurgente e criativo. Isso torna qualquer projeto de

dominação imperfeito, a pesar de seus efeitos. É nessa perspectiva que seguimos em frente com a experiência do Residência Pedagógica a partir da memória camponesa sobre a Guerrilha do Araguaia. E tem sido bonito ouvir pessoas como a Dona Maria Madalena¹⁸ e Dona Vianês¹⁹, dentre outros entrevistados que vão ajudando a entender com fazendeiros e agentes do Estado apresentaram aos camponeses do Araguaia-Tocantins a face do mal numa proporção que esse povo ainda não conhecia. Toda a dor que já ouvi nas palavras cortadas por lágrimas de Dona Madalena tem se transformado em força, para a própria dona Madalena, que segue com seus projetos e avança no uso sustentável de sua terra e na persistência em existir, e resistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Tese [1993] Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras dos carajás*. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. TELLES, André (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.767*. Brasília, de 1º de fevereiro de 1980.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. *Lei nº 5.692*. Brasília, de 11 de Agosto de 1971.

BRASIL. *Lei nº 13.005*. Brasília, 25 de junho de 2014.

¹⁸Madalena Vieira da Silva, nascida em 10 de maio de 1964, é esposa de seu Getúlio e filha de Seu Carlos Vieira da Silva, este último, preso e torturado pela repressão por ser amigo de Osvaldão. Dona Madalena tem se constituído numa referência para pesquisadores do tema da Guerrilha do Araguaia não só pela memória que tem dos eventos, mas também pelo calor humano com que tem acolhido pesquisadores de diferentes áreas e instituições no aconchegante *Cantinho da Madalena*. Dona Madalena é o caso de toda uma história de resistência, inclusive no ânimo com que tem driblado todos os obstáculos que têm sido impostos ao povo camponês. Ela, na companhia de seu Getúlio, cultiva frutas, produz artesanato, queijo e criam animais que vendem na feira de São Geraldo do Araguaia. Sempre ativa, Dona Madalena ainda encontra tempo para guiar turistas, na maioria pesquisadores, nos caminhos do Parque Estadual Serra das Andorinhas, palco da Guerrilha do Araguaia.

¹⁹ Uma das primeiras professoras da Vila Santa Cruz dos Martírios, Dona Ivanês Américo da Silva nasceu em 08 de agosto de 1956 e à época da Guerrilha do Araguaia era noiva do seu Paçoca, que nos relatou em entrevista, ter trabalhado para os militares como vigia de presos em troca da promessa de pagamento que nunca foi cumprida. À época da entrevista Dona Vianês residia em Palmas-TO e declarou que, pela força da amizade, sempre visita a amiga Madalena.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Araguaia: Depois da guerra uma outra guerra. A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*. São Feliz do Araguaia: Prelazia de São Felix, 1971.

CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CRUZ, José Adelson da. *Luta pela terra, práticas educativas e saberes no Médio Araguaia-Tocantins*. Dissertação. 2000. [Mestrado em Educação] Goiânia: UFG, 2000.

DEMO, Pedro. *Educar pela Pesquisa*. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

DICKENS, Charles. *Tempos difíceis*. JÚNIOR, José Baltazar Pereira (Trad.). São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2014.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2ª. ed. São Paulo: Papyrus, 1991.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-499, set.-dez. 2011.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

POLÍBIOS. *História*. Brasília: Ed. da UNB, 1996.

MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à festa da Federação*. MACHADO, Maria Lúcia (Trad.). São Paulo: CIA das Letras, 1989.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. TAVARES, Isa (Trad.). 2ª ed. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008.

RAMPAZZO, Alexandre. *Nas terras do bem virá*. Direção: Alexandre Rampazzo. Produção: Eclipse Produções/ Varal Filmes. País: Brasil. Duração: 110min. Ano: 2007.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Tradução de Marcos Roberto Kisnick. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul.-dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: UFPR, 2015.

SANTOMÉ, J.T. *As culturas negadas e silenciadas no currículo*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 159-177.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 33.ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SILVA, Moisés Pereira. Significar o mundo: a educação histórica como perspectiva de enfrentamento ao trabalho escravo. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 77, pp. 195-213, jul./dez. 2020.

SILVA, Moisés Pereira. *Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986)*. Dissertação. 2011 [Mestrado em História]. Goiânia: UFG, 2011.

SILVA, Moisés Pereira. As especificidades do estágio em história como utopia necessária. *Aedos*, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 278-291, jan.-jun., 2023.

SILVA, Moisés Pereira. OLIVEIRA, Maria Jôyara Silva. O documento curricular do tocantins e o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo. *Escritas: Revista do curso de História*. Vol. 14, n. 2. (2022), p. 128-148.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *RIDH*, Bauru, V. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014.

_____. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

UFNT, Universidade Federal do Norte do Tocantins. *Planejamento Estratégico 2023-2030*. Araguaína: UFNT, 2022.

SOUZA, Mariana Duarte. Qual a história por trás do massacre de garimpeiros da Ponte de Marabá? *Brasil de Fato*, São Paulo (SP), 26 de Janeiro de 2020. In: <https://www.brasilefato.com.br/2020/01/26/qual-a-historia-por-tras-do-massacre-da-ponte-de-maraba/>. Acessado em 10 de abril de 2023.